

O PROFESSOR DO AEE NO TRABALHO COLABORATIVO AO PROFESSOR DO ENSINO REGULAR

THE SPECIAL EDUCATION TEACHER IN COLLABORATIVE WORK WITH THE REGULAR EDUCATION TEACHER

Nivaldo Pedro de Oliveira¹

Rejeane de Melo Ferreira²

Sandra Leticia Sampaio Moraes³

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i5.652>

Aceito em: 14.05.2026

Resumo: O trabalho mostrou a visão crítica no trabalho docente envolvendo o contexto inclusivo. O Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) traz grandes contributos no Trabalho Colaborativo com o Professor do Ensino Regular. Tratou em suas entrelinhas, tais funções deste trabalho conjunto entre estes docentes e de como o Co-Ensino neste modelo de trabalho ajuda nos fatores que são perpetuantes nos avanços dos estudantes deficientes, visto que, seu desenvolvimento parte desta parceria. Expôs como objetivo um analisar das funções do Professor de AEE dentro do ensino regular. Se levou em consideração as dificuldades existentes no chão da escola. Assim, pontuou-se na indagação, como este professor do AEE pode colaborar no trabalho pedagógico do Professor do ensino regular? Pois, não somente este mestre do ensino comum vem demonstrando fraquezas em suas práticas pedagógicas, mas a escola como um todo que, nos últimos anos vem apresentando queixas e buscando soluções, para as melhorias. Por isso, as ministrações das aulas necessitam da adição de metodologias ativas e inclusivas, no atender cada estudante em suas singularidades. É onde, o Professor do AEE entra

- 1 Licenciado em: Letras/Espanhol; Pedagogia; Educação Especial; Ciências Biológicas; Letras/Língua Portuguesa. Especialista em: 24 Áreas da Educação. Mestrados em: Ciências em Educação. Tecnologias Emergentes em Educação. Doutorado: Ciências em Educação. Professor de Ensino Médio na Rede Pública Estadual, de Anos Finais nas Redes Municipal e Estadual, Formador do IFMA, Docente no Ensino Superior, Mediador/Tutor EaD do IFMA/IFPI. Orientador de Monografias do curso de Graduação Pedagogia EPT do IFMA. Orientador de Artigos Científicos em Especializações do IFMA/IFPI/UEMA/UFMA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8827189436684383>. Orcid. <https://orcid.org/0009-0001-9148-2783>. E-mail nivaldopedro560@gmail.com
- 2 Licenciada em: Geografia pela (UFMA). Graduada em: Geografia (UFMA). Graduada em: Direito pela (Faculdade Santa Teresinha - CEST). Especialista em: Geografia Aplicada à Questão Ambiental pela (UEMA) e Educação do Campos pela (UEMA). Mestra em: Tecnologias Emergentes da Educação (MUST University). É Professora Efetiva da Rede Municipal (Anos Finais) em São José de Ribamar. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8640942491200508>. Orcid. <https://orcid.org/0009-0000-7694-4372>. E-mail rejeane.ferreira43@gmail.com
- 3 Licenciada em: Letras pela (UFMA). Especialista em Gestão Pública Municipal pela (UEMA). Especialista em Cenários e Modalidades de Educação a Distância (FAMEESP). Mestra em Gestão de Ensino da Educação Básica pela (UFMA). Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Coordenadora de Polo Associado no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Possui experiência em docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e também no Ensino Superior na modalidade de Educação a Distância. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9629874494442293>. Orcid. <https://orcid.org/0009-0009-3749-7843>. E-mail sandraleticiasampaio@gmail.com



em ação no ajudar a preparar materiais, colaborar com apontamentos conceituais, nas oficinas didático-pedagógicas, no auxílio as famílias, além de ajudar com o preparo do plano de desenvolvimento individual para o aprendizado na organização de habilidades, conteúdos e suas competências, ou seja, um guia orientativo para toda a escola, portanto, o plano de atendimento individual é a personalização dum início estratégico de colaboração para o estudante deficiente, como também, o plano educacional individualizado no promover a adaptação curricular no ensino regular, dado que, o plano de atendimento educacional especializado traz orientações afincos na melhor atuação deste profissional do AEE no Trabalho Colaborativo do mestre do ensino regular. O artigo traz uma metodologia de estudos de teóricos modernos, sendo-a de cunho bibliográfica, no intuito de fortalecer as interpretações teóricas que dados autores já discutem, mas que não trazem muitos significados na prática em sala de aula, entretanto, as tabelas construídas tornam a descrição social deste estudo melhor neste viés interpretativo, o que faz deste escrito bibliográfico do tipo qualitativo, não se fez aplicação de questionário, mas se teve a preocupação de selecionar minuciosamente autores e trabalhos publicados em fontes seguras, e, deseja-se publicar este como referencial teórico para outros estudos, por tratar de fenômeno social. Se tratou nos resultados que, os Professores (AEE e ensino regular) sempre precisam abordar estratégias antes das aulas, para o garantir que o conteúdo seja acessível a todos os estudantes com deficiência. E, a troca de conhecimentos entre eles, se torne essencial, para que, a inclusão ocorra de forma eficaz. O planejamento conjunto ofereça domínio seguro no atender cada aprendiz com especificidades, além do suporte a toda a turma e comunidade escolar, com a extensão para além dos muros escolares e as capacitações ou oficinas soam como ajuda pedagógica inclusiva, nos atendimentos complementares ou suplementares na escolarização, no garantir que os estudantes tenham acesso ao aprendizado de forma equitativa e não exclusiva no contexto da inclusão.

Palavras-chave: Co-Ensino. Educação Inclusiva. Ensino Regular. Trabalho Colaborativo.

RESUMEN: Este trabajo presentó una visión crítica del trabajo docente en un contexto inclusivo. El docente de Educación Especial (EEE) realiza contribuciones significativas al trabajo colaborativo con el docente de educación regular. Se abordaron sutilmente las funciones de este trabajo conjunto entre estos docentes y cómo la coenseñanza en este modelo de trabajo contribuye a la perpetuación del progreso del alumnado con discapacidad, ya que su desarrollo se deriva de esta colaboración. El objetivo fue analizar las funciones del docente de EEE en la educación regular, considerando las dificultades existentes en el entorno escolar. Por lo tanto, la pregunta planteada fue: ¿cómo puede este docente de EEE colaborar en la labor pedagógica del docente de educación regular? Dado que no solo este docente en educación regular ha mostrado debilidades en sus prácticas pedagógicas, sino que la escuela en su conjunto ha presentado quejas y buscado soluciones para mejorar en los últimos años. Por lo tanto, la enseñanza requiere la incorporación de metodologías activas e inclusivas para satisfacer las necesidades de cada alumnado en sus circunstancias específicas. Aquí es donde el docente de Educación Especial entra en acción, ayudando a preparar materiales, colaborando con notas conceptuales, participando en talleres didáctico-pedagógicos, asistiendo a las familias y colaborando en la elaboración del plan de desarrollo individual para el aprendizaje, organizando habilidades, contenidos y competencias; en otras palabras, un documento guía para toda la escuela. Por lo tanto, el plan de servicio individualizado es un punto de partida estratégico y personalizado para la colaboración con el estudiante con discapacidad, así como un plan educativo

individualizado para promover la adaptación curricular en la educación regular. Esto se debe a que el plan de servicio educativo especializado proporciona orientación para el mejor desempeño de este profesional de Educación Especial en el trabajo colaborativo con el docente de educación regular. Este artículo presenta una metodología para el estudio de teóricos modernos, utilizando un enfoque bibliográfico, con el objetivo de fortalecer las interpretaciones teóricas ya discutidas por ciertos autores, pero que carecen de una aplicación práctica significativa en el aula. Sin embargo, las tablas elaboradas mejoran la descripción social de este estudio desde una perspectiva interpretativa, lo que convierte a este trabajo bibliográfico en cualitativo. No se utilizó ningún cuestionario, pero se prestó especial atención a la selección de autores y trabajos publicados en fuentes confiables. La intención es publicar este trabajo como referencia teórica para otros estudios, ya que aborda un fenómeno social. Los resultados indican que el profesorado (tanto de educación especial como de educación regular) siempre debe abordar estrategias antes de las clases para garantizar que el contenido sea accesible para todo el alumnado con discapacidad. Además, el intercambio de conocimientos entre ellos es esencial para una inclusión efectiva. La planificación colaborativa ofrece un dominio seguro para satisfacer las necesidades específicas de cada alumno, además de apoyar a toda la clase y la comunidad escolar. Más allá de los muros de la escuela, las sesiones de formación o los talleres sirven como apoyo pedagógico inclusivo, proporcionando servicios complementarios o suplementarios en la escolarización, garantizando que el alumnado tenga un acceso equitativo y no exclusivo al aprendizaje en un contexto de inclusión.

Palabras clave: Coenseñanza. Educación Inclusiva. Educación Regular. Trabajo Colaborativo.

1 Introdução

O trabalho expõe uma temática que é de grande relevância social, o Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ofício de colaboração ao Professor do ensino regular, visto que, estes serviços visam a garantia da inclusão na educação básica e o desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação neste contexto escolar de forma equitativa, o motivo pela qual se escolheu o tema. Nesse sentido, este docente de AEE desempenha um papel fundamental no trabalho colaborativo junto ao mestre da classe comum, contribuindo na educação, com a incorporação a integração de maneira significativa.

O mesmo é justificável pela pouca ou nenhuma presença deste professor do AEE nos ambientes escolares e na ausência de capacitações aos nobres mestres do instrução curricular comum, sendo relevante para a eclosão na inserção na caminhada com o grande número de estudantes que estão adentrando na escola, o que torna a relevância sobre o criar das estratégias de ensino inclusivo, tecnologias assistivas e metodologias ativas diferenciadas sejam efetivas no ensino regular, além do esclarecer mais, sobre as contribuições deste papel profissional que causam dúvidas entres os professores do ensino regular no campo do conhecimento.

O estudo tem como indagação: Como o professor de Atendimento Educacional Especializado pode colaborar no trabalho pedagógico do professor do ensino regular? Assim,

prende-se responder com esta produção acadêmica pode colaborar com referenciais teóricos futuros. E, traz como objetivo, o analisar as funções do Professor de Atendimento Educacional Especializado dentro ensino regular. Para tanto, se tem como hipótese o papel do professor do AEE no atuar como um mediador entre as necessidades específicas dos estudantes, no promover conceitos de atividades inclusivas para a real situação do estudante, além da contextualização do currículo escolar integrado, com reuniões periódicas para discutir as necessidades destes estudantes ao definir estratégias pedagógicas mais inclusivas.

A referida construção é organizada e alinhada no disfrutar dum texto referencial e literário, construído através de outros referenciais bibliográfico, de agremiação qualitativa, no descrever observações ou características de fenômeno social, sem manipulação. Extraída de fontes seguras (Google Acadêmico, Periódicos Capes, Revistas, E-book, Conedu e Scielo) que auxiliaram na seleção minuciosa. A estrutura organizada numa introdução ao expor de forma sucinta o assunto, desenvolvimento com um capítulo principal ao se discutir com autores sobre o dilema social circundante no trabalho docente e conclusão mostrando resultados deste discurso e responde a indagação e no atendimento ao objetivo. Embora seja desta esfera, se precisou pensar os teóricos como Nogueira (2012), Carvalho (2018), Oliveira (2021), documentos legais que frisam leis e decretos Salamanca (2003), Brasil (1998; 2025; 2015), dentre outros modernos enriquecendo as entrelinhas do estudo.

Conclui-se para o enriquecimento dos discursos alinhados a temática e com apontamentos a novos subsídios sociais acadêmicos, levando em consideração o objetivo e o problema da investigação citados anteriormente, pois a colaboração entre o professor do AEE e o Professor do Ensino Regular é essencial para a inclusão efetiva, mesmo no sanar das necessidades de formações continuadas personalizadas para adaptação de atividades alinhadas as necessidade diagnosticas e na construção de uma cultura escolar mais inclusiva, visto que, o trabalho colaborativo entre estes professores é fundamental para garantir que todos os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade através das bibliografias pesquisadas, dos discursos com autores e sua metodologia utilizada com a base dos estudos de Gil (2008).

2 Desafios e possibilidades da formação continuada para o trabalho colaborativo inclusivo

É notório, como a troca de conhecimentos e de experiências entre esses profissionais fortaleçam as práticas pedagógicas e contribuem para uma escola verdadeiramente inclusiva. Dado que, sempre haverá uma necessidade de adaptações dos conteúdos currículos e de materiais personalizados, para o garantir destas acessibilidades. Desta forma, ambos os professores podem atuar juntos na sala de aula, compartilhando responsabilidades e promovendo práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, a educação especial iniciou um favorecimento para uma manutenção de canais de diálogos abertos, favorecendo as primeiras trocas de informações sobre o progresso do estudante

com deficiência e ajustes necessários de forma isolada, mas de abrimento de portas para a etapa inclusiva. Assim, pontua-se Carvalho (2018, p. 13), ao salientar que: “[...] por meio do trabalho colaborativo, propondo uma formação que pudesse analisar o trabalho realizado na sala de aula comum com esse público em específico a partir da articulação entre a Educação Especial e o Ensino Médio.”, ou seja, o trabalho colaborativo entre os professores precisa de formações alinhadas e personalizadas a partir de conhecimentos desta falta de interação entre os pares na educação básica. Para Carvalho (2018), ainda que:

A legislação brasileira é bem expressiva quando trata da finalidade e dos critérios dos cursos de formação inicial de docentes, porém, o processo formativo ainda está longe de preparar o docente para identificar, compreender e atender à diversidade encontrada no cotidiano escolar (CARVALHO, 2018, p. 22).

Compreende-se que, a oferta de educação especial deve ser assegurada a todos, isto inclui aos estudantes com singularidades diagnosticadas por determinada Classificação Internacional de Doenças (CID), o que favorece nestes pareceres médicos, pois a educação especial deve ser oferecida preferencialmente em escolas regulares para o contexto inclusivo e não mais segregados como existiam com classes especiais na educação básica. O que é fraco, são as formações a nível de graduação para esta educação inclusiva, pois o que se tem, é uma ou outra especificidade sobre dada área, mas não sobre todas, o que corrobora para o pouco conhecimento ao lidar com estudantes em suas aulas futuramente.

Se pontua neste contexto que, a deficiência intelectual envolve o maior número de estudantes direcionados para a educação especial ao nível nacional, e esses aprendentes representam a maioria das matrículas no sistema segregado. Se cita este termo, por ainda se ter em pleno século XXI o alto índice de exclusão na integração ou inclusão destes estudantes, pelo pouco ou nenhum conhecimento docente no ensino regular da educação básica no público ou privado. Assim, Ferreira (2003, p. 134), demonstram que: “juntamos trabalhos”, ou seja, não importa a deficiência ou dificuldade dos estudantes em sala de aula, o que não pode, é os professores excluí-lo no processo inclusivo que as escolas públicas enfrentam para equidade.

Ao se analisar as funções do Professor de AEE dentro ensino regular na educação básica, é preciso entender como é importante a formação continuada, visto que, a nível da coletividade envolvendo as organizações, estes profissionais e as práticas que os envolve a promoção da aprendizagem personalizada. A partir de então, se tem uma ação pedagógica com saber adaptar atividades para dado estudante com deficiência, no entanto, leva-se em consideração, os valores que envolvem programas e ações na sala de aula (BRASIL, 2015).

Compreender como o Professor de Atendimento Educacional Especializado pode colaborar no trabalho pedagógico do Professor de AEE é uma etapa que requer destas formações continuas no processo pedagógico. Aponta-se que, para tal demanda, uma das soluções no ambiente escolar neste trabalho colaborativo, são as oficinas teóricas para escutas das queixas dos professores do ensino regular, cursos práticos na confecção de recursos de baixa assertivas,

palestras de sensibilização aos pais e estudantes, projetos pedagógicos inclusivos. Assim, a reflexão que se faz sobre a prática educacional inclusiva no trabalho colaborativo, sempre se faz a necessidade de ajuda para o equilibrar desta segurança que os docentes necessitam.

A respeito de legalidades, se pode citar a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994) que vem definir como o estudante com necessidades especiais é aquele que: “[...] apresentar necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à sua idade requer recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicas.”, ou seja, nesta perspectiva da educação inclusiva há orientações também para o Professor de AEE que atua diretamente na educação especial para o auxílio ao Professor do ensino regular. Desta forma, se ter como base sua formação, inicial e continuada, os conhecimentos serão passados para o exercício pleno da docência e na aquisição dos novos conhecimentos específicos para cada área curricular que o mestre leciona na educação básica.

A formação de professores é um dos elementos centrais na efetivação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, o que permite ao docente da educação regular, um aprendizado na personalização de aulas e atividades e, no que diz respeito, a formação docente para um atuar futuro na Educação Especial e Inclusiva, é necessário que ele esteja disposto a se doar. Segundo a última Lei Brasileira de Inclusão (LBI) aprovada no ano de dois mil e quinze, a formação aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular para a oferta dos serviços mais personalizados e no aprender a construir recursos voltados para tais atendimento que contemple estes estudantes da educação especial inseridos no ensino regular (BRASIL, 2015).

Aponta-se que, o trabalho de educar envolve a ação conjunta de diferentes fatores, dentre elas se destaca as boas condições de trabalho docente do ensino regular, o tempo reduzido do estudante deficiente no aprender ou da sua pouca permanência no ambiente escolar, bem como, a forma que a escola está estruturada para receber e atender aos mesmos como a instituição de ensino inclusiva, além dos processos de relacionamento dos estudantes com todos e todas. Por isso, as mudanças por parte de cada docente é um ato de coragem, embora provoquem desconfortos, trazem dúvidas, medos e ansiedades a estes profissionais.

O lado positivo das mudanças está na oportunidade de se trabalhar no colaborativo, pois o amadurecimento mostra o crescimento de como se pode melhorar uma realidade social, as pessoas no ambiente escolar e entre os profissionais na escola. Levando em consideração, os pressupostos já demonstrados com o Trabalho Colaborativo, pode-se ter como intuito não apenas reunir-se em grupos de profissionais, frente as demandas, queixas e problemáticas relatadas pelos docentes do ensino regular, mas a solicitação colaborativa pode-se alinhar ou encontrar soluções no encontrar caminhos no resolvê-los no ambiente escolar (CARVALHO, 2018).

Na atual conjuntura da modernidade, se é cobrado do professor um perfil ideal ou se comprometa com o conhecimento específico de sua área de conhecimento, mas com os saberes (coletivos, pedagógicos e formação integral) do educando deficiente no ensino regular. Uma

das soluções para este trabalho colaborativo, é a introdução das novas tecnologias na educação básica e que tem provocado grandes mudanças na gestão da sala de aula com o ensino tradicional que ainda é presente em muitas realidades, por isso, a sua maioria destes docentes nas escolas necessitam de formações alinhadas as deficiências, como a modernização do ensino e na administração de aprendizados necessários.

Se corrobora que, foi a partir da década de 1970 que se reforçou cada vez mais a ideia de Educação Inclusiva para os estudantes com Deficiência. Com a proposta de aplicação prática ao campo da educação, a contar disto, como movimento mundial, denominado “Inclusão Social”, surge o termo “Educação Inclusiva”. E, para a escola, o ato de ouvir os outros e aprender a vê-los como são realmente é fundamental para as relações interpessoais, em especial com os docentes. O mestre do ensino regular, dentro da sala de aula deve sempre primar por um bom relacionamento entre os estudantes, para que, tais translado correlacionados sejam eficientes neste contexto inclusivo. Nesta perspectiva, se pontua Carvalho (2018), ao destacar que:

Além da legislação, a qual já aponta há algum tempo a necessidade de os docentes trabalharem em conjunto, a literatura reforça a necessidade da colaboração entre o Ensino Comum e a Educação Especial, por isso, a abordagem pautada na colaboração, tem sido utilizada nas pesquisas que envolvem a Educação e a Educação Especial, como uma proposta eficaz de trabalho em conjunto entre os professores do Ensino Comum e os da Educação Especial (CARVALHO, 2018, p. 37).

A organização escolar não seria uma coisa objetiva e funcional se não fosse responsabilidade dela trabalhar no tornar-se inclusiva. Os Professores do ensino regular com suas diversas queixas ou visões sobre como uma organização escolar deve se estruturar para atingir seus objetivos institucionais inclusivos, devem pensar como também podem representar parte destas operacionalizações, pois compete a eles o ato de ensinar de diferentes maneiras para os principais instrumentos de auxílio neste contexto escolar desde o planejar, organizar, avaliar e promover a comunicação integradora entre todos na comunidade escolar, diante de tais instrumentos. E, no que especifica, o papel do Professor do AEE, tem-se como benefícios principais os amparos pedagógicos legais:

Tabela 01: Funções do Trabalho Colaborativo

Colaboração do Professor do AEE no Ensino Regular	
Avaliação e Identificação das Necessidades	O professor da AEE analisa as barreiras que os alunos enfrentam no ambiente escolar e propõe estratégias para superá-las.
Elaboração de Plano de Atendimento Individualizado (PAI)	Desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades do estudante.
Adaptação de Materiais e Recursos	Auxilia na produção de materiais didáticos acessíveis e sem uso de tecnologias assistivas.
Formação e Apoio ao Professor do Ensino Regular	Oferece orientações e sugestões de práticas inclusivas.
Acompanhamento e Avaliação	Verificação do progresso do estudante e ajuste das estratégias conforme necessário.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

A partir da tabela acima, é perceptível como o Trabalho Colaborativo com o Professor do Ensino Regular pode dar certo e, esse trabalho conjunto pode ocorrer de várias maneiras, com estratégias específicas para as diferentes deficiências no ambiente escolar. Desta maneira, cada estudante com necessidades educacionais específicas, e o Professor do AEE, em parceria com o Professor do ensino regular, podem adotar estratégias pedagógicas diferenciadas para garantir o aprendizado e a inclusão. Também é possível entender, estes docentes devem atuarem de maneira integrada para garantir que o discente tenha acesso ao currículo escolar mais inclusivo e com às adaptações possíveis para todos os tipos de atendimentos.

Ao se analisar nas articulações de formações continuadas mais personalizadas ao alcance do estudante deficiente no caminho inclusivo dentro da escolar, para que, os estudantes contam com o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) elaborado em conjunto com a gestão e o Professor do AEE, para o facilitar das adaptações do Professor do ensino regular. Assim, relata-se o Trabalho Colaborativo como uma luz aos docentes que tanto pedem socorro, tendo o suporte adaptado com estratégias que vão sempre requerer das pequenas, médias e grandes formações, no visar dum trabalho em equipe no ambiente escolar de forma integrada (NOGUEIRA, 2012).

Percebe-se, como a colaboração entre estes profissionais podem assumir diferentes formatos na escola, pois ambos discutem estratégias, antes que estas aulas aconteçam, garantindo que o conteúdo seja e esteja acessível a todos os estudantes deficientes matriculados no ensino regular. Assim, pontua-se o modelo Co-Ensino, por definir formas de atuação conjunta em sala de aula.

Tabela 02: Co-Ensino no Trabalho Colaborativo

Principais Formatos do Co-Ensino no Ensino Regular		
Principais Formatos	Barreiras no Ambiente Escolar	Estratégias para Superar os Desafios
Ensino paralelo: Cada professor trabalha com um grupo de alunos;	Falta de tempo para planejamento conjunto;	Políticas institucionais que incentivam a colaboração;
Ensino em equipe: Ambos os professores ensinam simultaneamente para toda a turma;	Resistência de professores à mudança metodológica;	Uso de tecnologia assistiva para facilitar a adaptação dos conteúdos;
Ensino suplementar: O professor do AEE reforça o conteúdo com alunos que precisam.	Deficiência na formação docente sobre inclusão.	Fomento à cultura inclusiva dentro das escolas.

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Compreende-se que, o Professor do ensino regular pode contar com um suporte extra, pois com tais formatos, a troca de conhecimentos entre estes profissionais se tornam essenciais para a real proposta da inclusão no ambiente escolar de qualquer segmento, onde o mesmo ocorra de forma eficaz e equitativa. O Professor do AEE pode oferecer a comunidades escolar capacitações e workshops, além de reuniões esclarecedoras aos pais e responsáveis por todos os estudantes da escola ou só com as famílias de dados aprendentes no contexto inclusivo, no intuito de personalizar melhor a eficiência sobre os recursos pedagógicos inclusivos, tanto na sala de aulas, quanto em casa.

Com a tabela do Co-Ensino no Trabalho Colaborativo demonstrada acima, fica entendendo que, a falta de tempo para planejamento conjunto, a infraestrutura adequada para atender às demandas dos estudantes com deficiência, o uso de metodologias ativas e tecnologias assistivas e o maior envolvimento da comunidade escolar no processo de inclusão já não serão mais problemas numa escola inclusiva. O que torna o aprofundar de alguns aspectos teóricos sobre as estratégias mais específicas para as diferentes deficiências, tornando o apresentar dos exemplos práticos do Trabalho Colaborativo entre os Professores do Ensino Regular e do AEE.

Receber uma formação adequada por parte das secretarias de educação especial é um meio de formação continuada, com isto, buscar formações, capacitações e oficinas que favoreçam o uso das TICs para as salas de recursos multifuncionais irão proporcionar a assistência e o apoio ao educando deficiente de forma inclusiva, como deve ser oferecida (OLIVEIRA, 2021, p. 253).

Considera-se que, a formação alinhada para o Trabalho Colaborativo envolvendo os estudantes com peculiaridades na educação básica deve partir dos envolvidos, pois diretamente são ligados ao processo de ensino e aprendizado, segundo as suas queixas, as secretarias devem fomentar com celeridade nos alinhamento das formações personalizadas que atendam as necessidades do trabalho pedagógico no alinhar o aprendizado personalizado de forma continua, por isso, as oficinas práticas.

O renomado autor, ainda destaca o uso das tecnologias da informação e comunicação como caminho efetivo na inclusão, além das salas de recursos multifuncionais preparadas em equipamentos e pessoal no suporte a estes atendimentos. Com estes eixos alinhados, o Professor do ensino regular passa a ter amparos legais para o seu bom desempenho na sala de aula, visto que, um colabora com o outro e ambos bem preparados passam a oferecer o atendimento específico bem mais planejado na conjuntura do Co-Ensino para lidar com os desafios surgidos nas possibilidades para a comunicação constante.

Interessante se pontar que o Professor do AEE promove o auxílio no Plano de Atendimento Escolar (PAE), como também no Plano Educacional Individualizado (PEI), pois são documentos importantes para melhor personalizar o ensino no atender todos os estudantes com determinadas necessidades específicas já diagnosticadas no ambiente escolar. Envolvendo tal conjuntura, se reforça a promulgada Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 208, que visa, o dever legal que pesa sobre os Estados e seus Municípios no envolver a educação inclusiva. Destaca-se o artigo 227, 1º parágrafo e Inciso II, ao prever que:

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação de acesso aos bens coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (BRASIL, 2005, p. 8).

No que especifica tal documento, o que dá base para a construção do PAE ou PEI, como planos de ações emergenciais para o atender dos estudantes deficientes, como também, orientações para o suporte a profissional de apoio dentro e fora das escolas. O que significa dizer, como tais documentos ajudam o Professor do ensino regular no oferecer aulas personalizadas. O que faz do planejamento conjunto relevante para a adaptação de diversos materiais, como o uso softwares ou das tecnologias assistivas nos variados modelos de metodologias ativas.

Afirma-se que, a colaboração entre estes Professores pode assumir diferentes formatos, uma vez que, a comunicação constante entre os mesmos é vital. O AEE pode fornecer informações sobre as necessidades específicas de cada estudante, pois facilita a criação de ambientes de aprendizado inclusivo, acolhedores e personalizados. Acredita-se que, a educação inclusiva só se efetiva se as situações de aprendizagem puderem atender as demandas individuais e coletivas, mediante ações e estratégias com a utilização das tecnologias e softwares usados de forma adequadas por profissionais preparados para manuseá-las em cada situação (OLIVEIRA, 2021, p. 253).

É essencial que ambos os Professores se reúnam para planejar as atividades pedagógicas, garantindo que os alunos com necessidades especiais tenham acesso ao currículo regular de maneira adequada. Isso inclui a adaptação de conteúdos e a definição de estratégias de ensino que atendam a diversos estilos de aprendizagem seguindo os documentos legais. O Professor do AEE pode oferecer aos professores regulares formações e capacitações sobre dada deficiência e como lidar com as diversas necessidades destes estudantes, além de compartilhar estratégias ou

recursos que podem ser utilizados em sala de aula, como também, ensiná-los a confeccionar os de baixo custo.

Percebe-se que, a Educação Inclusiva já é direito estendido na lei e fundamenta-se nos documentos internacionais (Declaração de Salamanca (1994), Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006)), pois corroboram para o último e mais recente no Brasil a (Lei Brasileira de Inclusão (2015)), se frisa que esta Lei tem o nº 13.146, o que fortalece o atender as muitas demandas das adaptações que as práticas de ensino na sala de aula requer no atender a todos os estudantes diagnosticados ou não, mas sim, serve de ponta pé inicial ao Professores da educação básica.

É importante que os Professores realizem avaliações que considerem as particularidades de cada estudante. E, o AEE pode ajudar na elaboração de instrumentos de avaliação que sejam mais acessíveis, além de adequados às necessidades destes estudantes com deficiência. O Professor do AEE pode ainda colaborar na adaptação do ambiente escolar para torná-lo mais acessível, assegurando que os recursos materiais e as ferramentas tecnológicas estejam disponíveis para todos. O que é válido, a infraestrutura nos materiais e de pessoal advindas das Secretárias (Estaduais ou Municipais).

É provado que, o Trabalho Colaborativo entre o Professor do AEE e o Professor do ensino regular se baseia no conceito de aprendizagem cooperativa e na pedagogia diferenciada, promovendo um ensino diversificado e acessível. O que faz da equipe um trabalho em conjunto para criar, implementar meios e oportunidades no abordar o uso do PAE/PEI com metas e objetivos que cada estudante precisa alcançar nos conteúdos curriculares, pois além da inclusão social, o aprendizado é parte integrante deste contexto (OLIVEIRA, 2021, p. 253).

Voltando a citar as tabelas que falam das ‘Funções do Trabalho Colaborativo’ e ‘Co-Ensino no Trabalho Colaborativo’, é perceptível como o promover a sensibilização da comunidade escolar no incluir o estudante deficiente, pais e demais profissionais sobre a importância da inclusão e da diversidade no interior da escola. Compreende-se que, o Trabalho Colaborativo pode ajudar a criar uma cultura escolar mais acolhedora e respeitosa entre todos. Assim, após a execução das atividades, é importante que os Professores realizem reuniões para discutir o que funcionou e o que pode ser melhorado, sempre visando a progressão destes estudantes público alvo da educação inclusiva inseridos no ensino regular.

Acredita-se que, ao se analisar as funções do Professor de Atendimento Educacional Especializado dentro ensino regular, é entender o AEE como um serviço essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos os alunos, promovendo a inclusão e a equidade no ambiente escolar, mas levando em consideração que, com o atendimento direto ao estudante, o Professor de AEE também desempenha um papel fundamental na formação de professores e na sensibilização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão (OLIVEIRA, 2021, p. 253).

O Professor de AEE atua em parceria com diferentes profissionais e pessoas envolvidas no processo educacional do estudante propicia muitos benefícios, mas se reforça que, o mesmo não substitui o ensino regular, mas complementa e adapta o processo educativo para atender às necessidades do aluno, o que deixa claro, como o trabalho do Professor deste seguimento especializado pode colaborar positivamente no trabalho pedagógico dos Professores do ensino regular.

Aponta-se que, a capacitação de professores oferecem orientações e cursos teóricos e práticos alinhados sobre as práticas inclusivas, pois a conscientização destes estudantes são trabalhados na promoção do respeito a regras e à diversidade de combate ao preconceito, visto que a participação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) não fica de fora deste trabalho, no entanto, este contribui ricamente para que, a escola desenvolva uma política de inclusão mais real. Desta magnitude, se tem a colaboração como uma etapa considerável de possibilidades educacionais personalizando o ensino dos estudantes e Boavida; Ponte (2002), salientam que:

I) A reunião de várias pessoas empenhadas em objetivos comuns, concentrando assim uma quantidade maior de energia consolidando, dessa maneira, a forma de agir. II) A reunião de várias pessoas que partilham suas experiências, competências e perspectivas diversificadas favorecendo, desse modo, a conclusão de uma determinada tarefa, promovendo assim inovações e mudanças. III) A reunião de várias pessoas que poderão interagir, dialogar e refletir em conjunto, criando por meio da cooperação possibilidades de aprendizagem mútuas, indo além, pois desenvolveram melhores condições para encarar as incertezas e as dificuldades que surgirem (p. 40-41).

O professor preparado para o Trabalho Colaborativo também enfrenta dificuldade na abstração e no raciocínio lógico para dadas adaptações, em especial os mais experientes, pois não que o seu processamento cognitivo seja mais lento, mas porque, necessitam de maiores estruturas das atividades. E, corroborando com os autores acima, se pontua Roldão (2009), que frisa:

I) Atingir com maior rapidez as aprendizagens que se pretende; II) Despertar o mais rápido possível as distintas potencialidades de todos os docentes, garantindo que a atividades produtivas não se restrinjam a um pequeno grupo; III) Alargar o conhecimento construído individualmente a partir da inserção de elementos que foram adquiridos na interação com outros (p. 41).

Entender o que os autores destacam, é relevante para a compreensão do Trabalho Colaborativo na escola, no entanto, sabe-se que, os desafios do Professor do ensino regular ainda existe neste associar e um dos fatores mais visíveis é a falta de profissionais ou formação adequada, além de escolas sem estruturas no atender a certos nortes no processo de ensino, pois são momentos que sistematizam tais procedimentos pedagógicos.

Os apontamentos dos três autores acima, é perceptível no alinhar da gestão escolar com os professores do ensino regular, pois é importante empenho nos objetivos do agir, dado que, experiências positivas ou negativas podem ser compartilhadas no promover as mudanças, visto que, a integração dialogada na coletividade pode contribuir nesta cooperação com possibilidades de aprendizagens inclusivas. Aponta-se que, na tentativa de atender com rapidez tais objetivos do aprendizado proposto, além de se acreditar nas muitas potencialidades dos professores que, precisam ser aguçadas para o alcance individual em sala de aula, a partir formações práticas ao inserirem seus conteúdos curriculares, onde com o Trabalho Coletivo se torna mais fácil, fazendo assim, as queixas minimizem ou serão sanadas.

Nos escritos de Roldão (2009, p. 28), ainda é possível se citar: “[...]. Dificilmente se pode pedir que o trabalho docente colaborativo seja acolhido pelos professores sem que a instituição mude também as suas regras e deixe de permitir que o trabalho docente não seja partilhado nem discutido na sua realização diária.”, ou seja, a coletividade é importante, mas as escolas devem proporcionar espaços para estes discursos para a preparação do dia a dia no chão da escola, não somente na teoria, mas na prática do trabalho individual as dificuldades são maiores.

Tabela 03: Fatores Perpetuantes no Desenvolvimento da Colaboração

Thurler (1994, p. 43)	Boavida; Ponte (2002, p. 43)
<p>I) A socialização profissional que favorece o isolamento, se referindo às poucas oportunidades que os docentes possuem durante a formação inicial e continuada para desenvolver competências que favoreçam o trabalho colaborativo;</p> <p>II) Organização e gestão escolares muito centralizadoras, se referindo ao estímulo de ações individuais ao invés das coletivas;</p> <p>III) Ausência de estruturas que facilitam a colaboração, se referindo à questão do horário de trabalho docente e a maneira como ele é dividido, já que as ações conjuntas acabam ficando de lado e dependente do voluntarismo de cada professor;</p> <p>IV) Trabalho pedagógico em equipe visto como difícil e até mesmo impossível, se referindo à co-docência como uma ação difícil de ser realizada;</p> <p>V) o incentivo da cultura colaborativa docente geralmente não é visto como prioridade pelas equipes gestoras da escola, se referindo às atribuições burocráticas e administrativas como as mais favorecidas e;</p> <p>VI) a segmentação dos horários dos docentes na escola, se referindo à falta de articulação do horário dos professores, o que dificulta a colaboração entre eles.</p>	<p>I) Imprevisibilidade, referindo-se ao (re)ajuste do trabalho durante o processo colaborativo, já que ele não pode ser planejado de maneira precisa;</p> <p>II) Saber gerir a diferença, referindo-se aos objetivos comuns e individuais dos participantes durante o desenvolvimento do trabalho colaborativo e que apesar dessas diferenças é fundamental que o processo colaborativo institua uma cultura que seja devidamente instaurada;</p> <p>III) Saber gerir os custos e os benefícios, referindo-se aos custos para que não sejam maiores que seus benefícios;</p> <p>IV) Estar atento em relação à autossatisfação confortável e complacente e ao conformismo, referindo-se ao pensamento controlado pelo grupo para não favorecer a individualidade e a criatividade de cada um dos envolvidos.</p>

<p>Entende-se que:</p> <p>São muitos os desafios que permeiam o ambiente escolar, em especial no trabalho do professor, com isto, os fatores pontuados pelos autores, no tornar o processo de inclusão escolar vulnerável na prática pedagógica, o que requer na expertise do Trabalho Colaborativo na socialização do profissional nestas perspectivas do trabalho bem mais estruturado para o ofício deste trabalho pedagógico, visto que, é necessário a escola promover tais incentivos para esta cultura colaborativa independentemente de sua jornada na escola, segundo o autor Thurler.</p> <p>Já para Boavida e Ponte, ficou compreendido que, o processo que geriu a colaboração ou Trabalho Colaborativo envolve habilidades práticas específicas, no entanto, as questões pedagógicas no saber gerenciar as diferenças entre os estudantes com singularidades ou não favorece o trabalhar a inclusão, visto que os custos que se tem no saber lidar entre pares, ainda é minguados, pois bem sabe-se o quanto é rico estes benefícios que envolve a relação à autossatisfação pessoal neste favorecer do aprendizado nas individualidades que tanto se deseja.</p>	
---	--

Fonte: Adaptação feita pelo Autor.

Nesse sentido, se pode compreender, como a proposta do Trabalho Colaborativo, ainda precisa estar pautadas nas formações pedagógicas, visto que, não é somente meras articulações das práticas ou nas concepções teóricas, claro que, o teórico é importante, mas as novas posturas docentes em suas propostas didático-pedagógicas ainda requerem aprendizados, embora o professo esteja no aprender a ensinar, as mudanças das políticas escolares internas colabora neste favorecimento de responsabilidades, além do possibilitar trabalhos integradores ao realizarem suas práticas, a partir destas novas concepções que propõe as condições da atividade docente mais atrativas.

No ano de 2008, se teve uma aprovação da inclusão na educação, mas especificando a da educação básica, se teve avanços melhores e foi a partir desta Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que se pôde ter uma legalidade mais acompanhada, dado que, a matrícula do estudante do PAEE cresceu bastante, trouxe amparos legais mais significativos para o ensino comum, inclusive nos segmentos de nível fundamental, médio e superior, a vista disto, dados extraídos do Censo Escolar no portal do MEC/INEP de 2016 colaborou para esta gritante realidade, pois se tinha até a data que mais de 67.000 estudantes incluídos só no ensino médio no país, em comparação aos 23.272 matriculados em 2010 e, em um único estado (Paraná) se tinha 6.504 estudantes com deficiência (MEC/INEP 2017).

Diante de tal realidades, se pôde compreender o trabalho positivo do Professor de Atendimento Educacional Especializado no ambiente escolar é necessário, sabendo que ele pode colaborar no trabalho pedagógico do Professor de ensino regular, além de perceber como

o Trabalho Colaborativo na Educação Inclusiva é uma estratégia de ensino que envolve tais parcerias, dado que, um Professor do ensino regular e um Professor de Educação Especial Inclusiva, passam a desenvolver objetivos afins, no atender a todos os estudantes com ou sem deficiência na mesma sala de aula. Assim, as experiências internacionais, documentos legais amparam a prática do ensino colaborativo como uma das estratégias mais utilizadas no contexto da inclusão em vários países europeus, com resultados positivos.

Para tanto, saber como funciona cada papel é relevante para que estes professores compartilhem as responsabilidades pelo ensino, isto desde o planejamento que vai instruí-los e avaliam o contexto do ensino-aprendizado, a considerar as necessidades, limitações, ritmos e estilos de aprendizagem de todos os seus estudantes. O que faz destes papéis, um analisar as funções destes profissionais no atendimento diferenciado dentro ensino regular. Trabalhar em sintonias para promover um ambiente mais rico e diversificado são vantagens que sempre vão favorecer a inclusão escolar no ensino regular, sem falar dos benefícios da educação especial no atender às individualidades de cada um no manter o currículo adotado para todos no promover um aprendizado ativo e significativo no engajamento deste motivares dos estudantes.

3 Conclusão

Trabalhar de forma colaborativa se pode criar um ambiente mais atraente em aprendizagens diferenciadas no contexto acadêmico, com reflexo social, tanto para estudantes com ou sem deficiências, quanto aos professores envolvidos na inclusão escolar. Por isso, ficou evidente, como este tipo de labuta entre os referidos professores envolvem princípio fundamentais da educação inclusiva.

Percebeu-se ainda que, esse modelo de cooperação busca garantir que os estudantes públicos-alvo da educação especial tenham acesso ao currículo e participem ativamente das atividades escolares, promovendo equidade e aprendizado significativo que a inclusão propõe, dado que a formação personalizada para o aperfeiçoamento de práticas inclusivas para o contexto social inclusivo.

Tornou-se relevante, pois serve de base para outros amantes do tema, ou podem dar outro viés a partir deste, no que trata o Trabalho Colaborativo na labuta do Professor do ensino regular, pois o Professor do AEE contribui com suas funções ao colaborar na didática pedagógica, o que trouxe respostas ao problema exposto, sendo que, os discursos com os teóricos enriquecerem a base teórica de forma qualitativa, além de atender objetivo do estudo.

Como o mesmo expôs uma etapa bibliográfica, pois baseou-se de textos referenciais do tipo qualitativo, no descrever ações caracterizadoras para o social, não se precisou de ida ao campo, mas se selecionou dos ambientes confiáveis minuciosamente, a contexto literário. Assim, justificou-se através de hipóteses a pouca ou a falta de formações para o aprendizado do Trabalho Colaborativo, pois contou-se com as leituras do que, teóricos já salientavam.

Ficou evidente que, o Professor de AEE é um facilitador da inclusão escolar, atuando de forma colaborativa com os Professores do ensino regular, famílias e profissionais da área da educação e saúde. Seu papel vai além do ensino ou acompanhar este, pois envolve adaptação de materiais, uso de tecnologia assistiva, formação de professores para o bom uso de metodologias ativas e sensibilização de toda a comunidade escolar. Assim, ele contribui para garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas particularidades e potencializando suas capacidades no contexto inclusivo.

Finda-se, pontuando que, o Trabalho Colaborativo entre tais professores (AEE e Ensino Regular), sempre vai ser essencial para o garantir duma educação verdadeiramente inclusiva no chão da escola, não deixando está etapa amarrada a contextos teóricos somente. E, como as estratégias para o atendimento individualizado devem ser personalizadas para cada estudante, se percebeu que, a parceria entre os estes profissionais precisa ser contínua para que a inclusão aconteça de maneira eficaz.

Referências

- BOAVIDA, A. M.; PONTE, J. P. **Investigação Colaborativa:** potencialidades e problemas. *In:* Grupo de Trabalho de Investigação (Org.). Refletir e investigar sobre a prática profissional. Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 2002. 43-55 p. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4069/1/02-Boavida-Ponte%20\(GTI\).pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4069/1/02-Boavida-Ponte%20(GTI).pdf). Acesso em: jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.com.br/wp-content/uploads/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: fev. 2026.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: mar. 2026.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial. MEC/SEES, 2001, 79p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acessado em: mar. 2026.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca:** recomendações para a construção de uma escola inclusiva. Coordenação Geral: SEESP/MEC; org. Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>. Acesso em: jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ed. Especial. **Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar MEC/INEP de 2016.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acessado em: mar. 2026.

CARVALHO, Tereza C. de. **Desafios e Possibilidades de um Trabalho Colaborativo para a Formação Continuada com docentes do Ensino Médio Público**, 2018. 164f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6531f392-e7ea-4609-b3f9-ecb1e228a9cb/content>. Acesso em: fev. 2026.

FERREIRA, N. S. C. **Poderemos trabalhar juntos na sociedade mundializada?** Desafios para os educadores. *In*: PORTO, T. M. E. Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas. Araraquara: JM, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

NOGUEIRA, C. M. M. **Liderança, cultura e trabalho colaborativo na escola.** Tese de Doutorado. Departamento de Didáctica y Organización Escolar Facultad de Ciencias de la Educación Universidad de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, Octubre de 2012.

OLIVEIRA, Nivaldo. P. de. **O Uso das TICs na Formação de Professores que Atuam no Atendimento do Educando com Deficiência.** E-book Informática e Tecnologias em Contextos Educacionais. 1.ed. / Belo Horizonte: Educação Transversal Edições, 2021, 336p. ISBN: 978-65-994576-5-4. Disponível em: <https://clubedeautores.com.br/livro/informatica-e-tecnologias-em-contextos-educacionais>. Acesso em: mar. 2026.

ROLDÃO, M. **Colaborar é preciso: questões de qualidade e eficácia no trabalho dos professores.** Revista Noesis, n.71, v.1, p. 4-29, 2009. Disponível em: www.oei.es/historico/pdfs/Noesis71.pdf. Acessado em: mar. 2026.

THURLER, M. Relações profissionais e cultura escolar além do futuro do individualismo? **Revista Francesa de Pedagogia.** 1994b, nº 109, p. 19-39. Disponível em: <file:///C:/Users/Nivaldo/Downloads/estevan,+02+2173+ASPECTOS+DA+CULTURA.pdf>. Acessado em: mar. 2026.